ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 06/2021 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ, REALIZADA VIRTUALMENTE EM 8 DE JUNHO DE 2021.

Aos 8 (oito) dias do mês de junho de 2021 (dois mil e vinte e um), em primeira convocação às 16h, foi realizada, virtualmente, a Reunião Plenária Ordinária do CAU/RJ, nº 06/2021, que teve início com a segunda convocação às 16h30, sob a coordenação do presidente Pablo Benetti. A chefe de gabinete Marina procedeu ao cumprimento do **item 1 - Verificação de Quórum (mínimo de 14 Conselheiros)** fazendo a chamada dos **Conselheiros Titulares Presentes:** Ângela Botelho, Cárin Regina D'Ornellas, Davide Siffert Dulcetti, Leonam Estrella Figueiredo, Lucas Alencar Faulhaber Barbosa, Luiz Damião Teixeira da Silva, Marcus Pedro Oneto Fiorito, Marta Regina Ribeiro Costa, Pablo Benetti, Noêmia Lúcia Barradas Fernandes, Paloma Monnerat de Faria, Paulo Oscar Saad, Rodrigo Cunha Bertamé Ribeiro, , Rosemary Compans da Silva, Sandra Regina de B. Sayão Ferreira, Simone Feigelson Deutsch, Tanya Argentina Cano Collado, Tayane de Mello Yanez Nogueira, Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues. **Ausência Justificada:** Alyne Fernanda Cardoso Reis, Leila Marques da Silva, Luciana da Silva Mayrink, Pablo Esteban Vergara Cerda, Paulo Niemeyer, Rogério Goldfeld Cardeman, Tereza Cristina dos Reis e Zander Ribeiro Pereira Filho. **Conselheiros Suplentes substituindo Titulares:** Tereza Cristina Alves Chedid, Célio Alves da Silva Junior, Sofia Eder, Fernando Henrique de A. G. Newlands, Bianca Sivolella, Isabela Muller Menezes, Natalia da Cunha Cidade. **Quórum suficiente: 25 conselheiros. Hino Nacional Brasileiro.** Execução do Hino Nacional. **3. Aprovação da Ata da Reunião nº 05, de 11 de maio de 2021** A conselheira Ângela Botelho sugeriu correção na linha 117, inserir o termo "**o decreto estadual que renovou o prazo do estado de calamidade pública.** Colocada em votação, a ata foi **aprovada por unanimidade. 4. Leitura de extratos e correspondências recebidas.** Não houve**.** 5. Apresentação da pauta: **Ordem do dia: 6.1.** – Recursos ao plenário; **6.1.1.** Relato Processo 2017-3-0251 (CEP) - Pedido de Vista Cons. Damião; **6.2.** Informe do Grupo que está discutindo o Planejamento e apresentação do Planejamento das Comissões que faltaram - CPU, CATHIS, CT Acessibilidade e CT Diversidade. **6.3** Comissão de Patrocínio Cultural – substituição do Cons. João Prates; **6.4** Criação da Comissão Temporária do Programa de Formação continuada CAU/RJ; **6.5** Aprovação do GT da CEF sobre Impacto do ensino remoto na formação de Arquitetos e Urbanistas; **6.6.** Distribuição de processos com recursos de indeferimento de impugnações de cobranças- 893743 / 890621 / 958142 / 941333; e **7.** Comunicados dos Conselheiros com assuntos de interesse geral. **PAUTA APROVADA. Comunicados do Presidente:** o Presidente convidou a conselheira Federal Maira Rocha para apresentar seus informes. A Conselheira Maíra saudou a todos e informou que no CAU/BR estavam aprofundando duas questões, quais sejam: SICCAU e a campanha Athis+arquitetos e que nas comissões, foi iniciado na CPFI, o trabalho de revisão da redação da Resolução 193, que trata de anuidades e outras taxas, questões de PF e de PJ. Segundo a conselheira, foram recebidas contribuições do CAU/RJ e de outros estados, e conclamou a todos a enviarem sugestões de aprimoramento da redação. Maíra acrescentou também que nos grupos e comissões, vários debates foram feitos relativos ao desabamento da edificação no Rio das Pedras

advindo daí muitas reflexões sobre a arquitetura nos territórios populares, enfatizando a urgência da assistência técnica e fiscalização. O debate, segundo a conselheira, reverberou muito entre os colegas e no CAU/BR, mas que também foi importante para reforçar o quanto a campanha Athis+arquitetos, que é uma campanha que fala de assistência técnica, de arquitetura social, precisa encarar essas questões. A conselheira Maira disse também que, em relação ao SICCAU, foi realizada uma apresentação do grupo de trabalho, que será compartilhada posteriormente, que sintetiza os avanços da comunicação, salientando sobre a necessidade de haver avisos dos eventos de manutenção do site, com data marcada para isso a fim de evitar alguma inconsistência naquele momento. A conselheira federal se colocou à disposição de todos para receber pautas e assuntos importantes que queiram representação na plenária federal. Em seguida, o presidente passou a seus informes: **1 - Reviver centro.** O presidente relatou que o CAU foi convidado para várias audiências na Câmara, e, para tanto, junto com o IAB, elaborou um documento de 14 páginas, com um pronunciamento em relação a três aspectos: a) **operação interligada**, b) **questão da Habitação** e c) **questão patrimonial**. Pontuou que, nas reuniões do **Reviver Centro,** caso o plano diretor adotasse o coeficiente 1, ou abaixo de 1 em certas áreas, a prefeitura o CAU obteria uma fonte de arrecadação mais substantiva e real do que a própria ideia da operação interligada. Segundo o presidente, a lei será fora aprovada no mérito, o CAU a aprova também no sentido de que é fundamental ter habitação na área central. **2 – Desabamento Rio das Pedras**, conforme entrevistas concedidas por ele à imprensa, o presidente enfatizou que o CAU terá que tomar uma posição sobre questões de fiscalização nas autoconstruções etc. e que a Resolução 198, um dos grandes pontos que mudam é admitir a autoconstrução que a Resolução 22 não admitia, e reafirmou que é fundamental a atuação do conselho na defesa da sociedade, pois a má prática profissional é responsável por vidas perdidas, mas, que além disso, há uma questão muito de fronteira entre o que é especulação imobiliária de grupos ilegais e o que é autoconstrução. 3 - **Documento do grupo de trabalho de melhoria habitacionais.** O presidente relatou que a comissão produziu um documento muito consistente e que a conselheira Leslie daria mais informações ao final da plenária. 4 – Reunião da CPU sobre **licenciamento simplificado**. Para detalhar o estudo, a palavra foi franqueada ao conselheiro **Lucas Alencar Faulhaber Barbosa.** O conselheiro explicou que a equipe da Subsecretaria de Licenciamento da Prefeitura Municipal apresentou a nova proposta de licenciamento simplificado, e que a CPU está debruçada sobre o assunto pretendendo elaborar um ofício documentando as sugestões e críticas para uma possível alteração do decreto. O conselheiro Lucas pediu aos demais conselheiros que caso tenham contribuições enviá-las por meio dos canais eletrônicos do CAU. A **Conselheira Ângela Botelho** se prontificou a enviar sugestões. Dando continuidade à pauta: **ITEM 6. Ordem do dia. <u>6.1. Recursos ao plenário. Relato do Processo 2017-3-0251 CEP – Pedido de vista Conselheiro Luiz Damião</u>**. O conselheiro **Luiz Damião Teixeira da Silva** apresentou sua análise do processo e após considerações ratificou o relato da Conselheira Carin D´Ornelas realizado na plenária anterior, opinando pela anulação do auto de infração e arquivamento do processo, Presidente Pablo encaminhou para votação do parecer da conselheira Carin D'Ornellas uma vez que não houve divergência entre os relatos apresentados. Votação do relatório da conselheira foi **aprovado com 17 (dezessete) votos favoráveis e 6 (seis)**

abstenções. Em seguida, o presidente passou para o ponto **6.2. Informe do Grupo que está discutindo o Planejamento e apresentação do Planejamento das Comissões que faltaram - CPU, CATHIS, CT Acessibilidade e CT Diversidade** e franqueou a palavra às comissões CPFI, CPU, Acessibilidade e Diversidade. O **Conselheiro Marcus Pedro Oneto Fiorito** cumprimentou a todos/todas e informou que o grupo que está trabalhando sobre a proposta de planejamento participativo e que esta evoluiu em alguns pontos: estão concluindo a realização da pesquisa de prioridades junto aos conselheiros e também a proposta de formulário para a colheita das contribuições de propostas, cujo prazo para recebimento será a partir desta plenária e até a próxima plenária de julho. Em seguida, o conselheiro Marcus passou a explicar o passo a passo do formulário. Marcus explicou que o processo estará aberto para funcionários, conselheiros sem distinção, titulares e suplentes, e entidades de arquitetura. E para o próximo ano a intenção é abrir para os profissionais e para outras entidades que queiram contribuir com o campo da arquitetura e do urbanismo, visando mais participações. O formulário, segundo ele, é um documento de recepção das propostas para que se possa sistematizá-las e abrir para as oficinas para avaliação e priorização, que serão feitas pelos conselheiros, além disso haverá necessidade de organizar esse processo para convocação, provavelmente, no mês de julho. Ele informou também que o setor de comunicação está estudando a melhor forma de divulgação nas redes sociais para facilitar a participação das entidades no processo, por meio de chamadas, vídeos explicativos, ofício para as entidades e contato mais direto. O presidente **Pablo Cesar Benetti** indagou sobre a questão dos objetivos estratégicos do CAU, porque, segundo ele, na última vez que foi feito o planejamento, houve dificuldade para encaixar algumas ações nos objetivos, se haveria possibilidade de colocar outros ou se apenas os 9 seriam suficientes. O conselheiro **Marcus Pedro Oneto Fiorito** explicou que os 9 são os com mais aderência à proposta e que não se podia abrir, no processo de colheita de propostas, sugestões de novos objetivos estratégicos, pois se trata de um instrumento vigente até 2023. A **Conselheira Federal Maíra Rocha** disse que os resultados desse processo irão possibilitar pensar como uma estratégia parecida pode levantar sugestões e críticas de melhoria para o planejamento estratégico para os próximos 10 anos, pontuou que, em relação ao CAU/RJ, o CAR/BR está um pouco atrasado, mas foi algo que na última gestão foram bastantes criticadas essas caixinhas e o quanto isso não tinha diálogo regional, o quanto não se deixava transparecer questões que vinham dos estados para o CAU/BR. E consignou seu apoio para que se consiga fazer um processo similar ao que o CAU/RJ está fazendo para que o planejamento estratégico de agora possa pensar quais são as possibilidades de mudança, sugestões, para o novo formato de planejamento estratégico para os próximos 10 anos. Maíra frisou a importância de acompanhar também o que isso revela, quais foram os dados, quais foram os desafios de usar uma ferramenta nova como essa diante do que se tem de possibilidade hoje. A **Conselheira Paloma Monnerat de Faria** pontuou o estabelecimento do diálogo do CAU/BR com os ODS do ONU Habitat na perspectiva de interferir e influenciar um pouco esse processo para a próxima gestão e tentar fazer dele mais aberto para metodologias e em formatos melhores para, de fato, chegar a propostas, resoluções e ações mais interessantes, dialogando com os dois métodos, vamos dizer assim, construir um próximo mais eficiente. Sobre as configurações e a tabulação dos resultados, segundo ela, os objetivos estratégicos como são 9 e tem essa recomendação de estabelecer essa hierarquia entre os três, seria interessante fazer a compilação de uma forma a ter um levantamento de quais

seriam esses três mais priorizados no conjunto das pessoas que responderem o questionário, fazer essa comparação com o quanto isso se aproxima do que as ODSs propõem e também importante quanto à identificação e categorização por entidade, se é um funcionário ou um conselheiro, o formato foi deixado livre, porque uma apresentação de propostas e de ações por entidade organizada por entidade, ela tem outros meios, outras entradas para chegar ao conselho, mas que as entidades ficassem livres para também se categorizarem dentro dessa identidade, mas ainda assim poderem trazer um pouco do que é plural dentro de cada uma dessas entidades. Paloma explicou ainda que depois na tabulação poder-se-ia fazer um filtro para olhar o que pessoas de uma mesma entidade não estão exatamente concordando, mais para frente, a partir desses resultados, isso poderia abrir esse espaço de propostas individuais, considerando de onde elas venham, de entidades organizadas e dos próprios conselheiros e funcionários também, independentemente de onde elas viriam, não seria um conflito de interesses, mas são perspectivas bem diferentes, então importante separar também. O Presidente **Pablo Cesar Benetti** agradeceu a participação das conselheiras e disse que poderia encaminhar o material via CEAU, e o CAU mandaria para a lista de associados de cada entidade, sugerindo a feitura de um texto explicativo, uma pequena introdução ao documento. Em seguida, o relato da **Comissão Temporária de Acessibilidade**, relator: conselheiro **Arnaldo de Magalhães Lyrio Filho.** No seu relato, o conselheiro narrou que quando o documento foi solicitado, ele estava procurando entender o âmbito desse planejamento e como é que ele se desenrolaria, como é que ele se desenvolveria, considerando o pouco tempo de funcionamento da comissão, com apenas duas reuniões basicamente. O que se fez, segundo ele, foi reportar ao planejamento estratégico que já foi feito e demonstrar as diretrizes gerais de ação da Comissão Temporária de Acessibilidade. A primeira diretriz geral é sobre a conscientização de arquitetos e urbanistas sobre a relevância de acessibilidade em espaços públicos e privados. Conscientização sobre acessibilidade, para que as pessoas que projetam espaços públicos, mas também os privados, precisam saber o que ela é e como devem praticar, e difundir esse conhecimento através de encontros, seminários, fóruns, inclusive nos municípios, por meio de parceria em curso com a Comissão do Interior, visando dinamizar a comunicação, de modo geral, do CAU com todas as entidades, tornando a página do CAU acessível, contando com profissional de libras nos eventos, para isso, segundo o conselheiro, já se tem o termo de referência minutado e já está inclusive aprovada a contratação desses profissionais de libras, já havia previsão de verba. Arnaldo relatou que há dois webnares praticamente agendados, o primeiro deles com convidados para 22 de junho, o segundo para 9 de julho. O primeiro com conteúdo mais político chamando vereador, secretária e um deputado; e para 9 de julho um evento mais técnico voltado para a execução, como é que se faz, como é que se pratica a acessibilidade. Arnaldo frisou que a participação da comissão na elaboração do plano diretor a respeito da acessibilidade foi bastante produtiva e que, posteriormente, as contribuições serão enviadas para discussão na Câmara dos Vereadores. Em seguida, a **Comissão Temporária de Equidade e Diversidade.** A **conselheira Luciana da Silva Mayrink** cumprimentou a todos e relatou que o planejamento para este ano é baseado na criação da Comissão Temporária de Cuidados à Diversidade, prevendo para os próximos meses três propostas de grandes eventos: 1 - Premiação CAU+ Mulheres, pretende-se fazê-la novamente este ano,

estando já em curso os contatos e a documentação para que possa ser realizada em julho e agosto. 2 - Fórum de Equidade e Diversidade, cuja proposta é organizar para setembro e outubro; pretende-se reunir pessoas que são referências que tratam da pauta da diversidade para discussão da profissão, tentando passar pelas comissões, tentar fazer esse diálogo, seria em setembro e em outubro. 3 – Proposta de evento presencial no estado para tentar trazer essa discussão para mais próxima da cidade, das cidades do interior, tentando levar para esse evento o resultado da premiação do CAU, o resultado do fórum, para discussão, a depender do progresso das medidas sanitárias até lá. Relato da **Comissão Especial de Política Urbana (CPU).** O **Conselheiro Lucas Alencar Faulhaber Barbosa** relatou três pontos: 1 - Questão do licenciamento. O conselheiro relatou que a discussão da Resolução 64 – Licenciamento Urbano integrado no nível Federal, já se iniciou e que a comissão está acompanhando, junto com as entidades e outros CAU/UFs, a repercussão dessas medidas de licenciamento, tendo em vista que o projeto federal atinge muito diretamente o exercício profissional. 2 - Atualização e complementação de levantamento iniciado CAU/CPU, em 2015, na gestão anterior, sobre os planos diretores dos municípios do estado do Rio de Janeiro. Está em curso a atualização dos planos e se o plano diretor estiver desatualizado, instar a prefeitura a atualizar esse instrumento; e se o plano diretor estiver em execução chamar os arquitetos, verificar se há arquitetos trabalhando nessa revisão e também chamá-los para participar do processo. 3 - Acompanhamento da revisão do plano diretor, da capital. Segundo o conselheiro, a comissão faz parte da articulação com diversas outras entidades, mais de 80 entidades, que é um fórum em torno do plano diretor, a partir desses espaços, conjuntos, estão amadurecendo as propostas para a revisão. 4 - Atendimento de demandas. A cada mudança legislativa, a comissão tenta dar respostas e contribuições a todos esses projetos de lei, decretos e tudo mais, posicionamento, pareceres, participação de alguns eventos, sobre isso. E também pensar a questão de licenciamento conjunto com os arquitetos, através de eventos, e uma parceria com a SEF, Ensino e Informação, que, na gestão passada, foi realizada uma série de vídeos, série de três curta-metragem sobre política urbana, com resultados satisfatórios. A comissão tem a missão de veicular esses vídeos para dois públicos alvo: do ensino médio e do início da graduação, e que é importante se pensar numa reunião conjunta com a SEF para fazer com que esses vídeos sejam utilizados no ensino e informação também. A **conselheira Paloma Monnerat de Faria** interveio para dizer que a ideia de cada comissão apresentar o seu planejamento foi muito boa e, a partir disso, pediu um breve relatório do andamento das atividades, das ações, do cronograma, para se conseguir estruturar melhor a prestação de contas, a fim de facilitar o entendimento delas, melhorando a comunicação entre todas as comissões, talvez uma síntese mensal. A **Conselheira Tayane de Mello Yanez Nogueira** pontuou que, ela, como coordenadora do Interior, tentou conversar com todas as comissões, somente duas ainda não conseguiu êxito, para tentar traçar em conjunto algumas atividades. Desejou à Luciana que toda a programação de eventos dê certo, mas recomendou um plano B, caso algum evento não dê certo, em razão da pandemia. A conselheira Tayane informou ao conselheiro Lucas que planilhas deles serão atualizadas e com os dados do plano diretor de cada município, conseguirá passar ações objetivas. O presidente **Pablo Cesar Benetti** elogiou o trabalho de todos, disse que o questionário é muito interessante e que irá proporcionar um reforço ao próprio planejamento. O presidente passou para o ponto **6.3 – Comissão de Patrocínio Cultural.** O presidente **Pablo Cesar Benetti** esclareceu que o conselheiro João

Prates teria sido indicado, mas acabou renunciando, indicando assim a conselheira Noêmia para relatoria. A **conselheira Noêmia Lucia Barradas Fernandes** cumprimentou a todos e relatou que na última plenária, fora aprovada a Comissão de Patrocínio Cultural, mas o colega João Prates declinara de participar da comissão por questão de falta de tempo, indicando **Gisele Raposo Labrea**, que aceitou participar da comissão, e que já na próxima semana, as primeiras ações em relação à Comissão de Patrocínio Cultural devem ser iniciadas. Não havendo manifestações, o presidente **Pablo Cesar Benetti** colocou em votação o nome da conselheira **Gisele Raposo Labrea** como integrante da Comissão de Patrocínio Cultural. **A votação recebeu 19 votos favoráveis, nenhuma abstenção.** O presidente passou para o ponto **6.4. – Criação da comissão temporária do Programa Formação Educação Continuada.** O presidente **Pablo Cesar Benetti** informou que as entidades de classe fizeram um levantamento dos principais cursos que os associados demandariam. Desse levantamento, foram selecionadas 66 propostas de cursos, com mais 6 ou 7 da CAU-CEP, perfazendo um total de 76 propostas. O presidente observou que não houve tempo para verificar as superposições e que haveria a necessidade de se fazer a depuração das propostas. O presidente pontuou que seria uma comissão de muita responsabilidade e transversal, CEP e CEF, e com um convidado externo. A **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** disse que a comissão, inicialmente, seria um grupo que estudaria a elaboração do edital, este edital pretenderia colocar os critérios que são importantes e que, para isso, será preciso consultar ou pedir ajuda em relação aos critérios que precisam ser feitos. A pesquisa inicial era exatamente para checar as prioridades e tendo a ideia das prioridades é necessário verificar o formato prático, o formato metodológico, que esses cursos têm que ter. O objetivo da educação continuada na formação continuada é não só atualização, como também ter um permanente contato com essas demandas que são antigas e muitas das colocações inclusive dos conselheiros que foram convidados para essa comissão representam essa vontade, esse expertise e esse conhecimento, principalmente não só da CEF quanto da CEP. Proposta de participantes: 1 - **Tanya Argentina Cano Collado;** Vicente Alvarenga, Alyne Fernanda Cardoso Reis e o Paulo Oscar Saad. E como convidada externa, a professora e arquiteta **Andrea Auad**. O **conselheiro Paulo Oscar Saad** disse que fora convocado para ajudar na comissão e que poderá dar a sua contribuição à luz do trabalho já em curso. O **Conselheiro Davide Siffert Dulcetti** solicitou mais informações sobre a formação continuada, da questão da criação da comissão, quem é que vai avaliar, quais são as entidades que vão ser premiadas, se é o corpo dos conselheiros dessa comissão temporária, pois, segundo ele, talvez tenha que ter uma separação, talvez um conselheiro que faça parte de entidades, para não haver qualquer tipo de conflito de interesse ou de coisa do gênero. O presidente **Pablo Cesar Benetti** explicou que os cursos serão oferecidos por instituições de classe, sem fins lucrativos e que a única maneira de contratação para pessoas jurídicas é via licitação pública e que os membros indicados não fazem parte dos conselhos diretivos dessas entidades. O presidente acrescentou que essa precaução foi tomada para não inviabilizar a participação de nenhuma entidade de classe nessa proposta de curso. A **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** complementou dizendo que como a premiação é em torno do programa do plano do ensino, a elaboração do edital terá que abranger todas essas dúvidas, por isso que a elaboração do edital precisa ser muito bem-elaborado. O presidente **Pablo Cesar**

Benetti frisou que seria muito trabalho e prazo exíguo, pois a pretensão dele é aprovar o edital na próxima reunião plenária a fim de lançar os cursos ainda no segundo semestre, disse ser uma demanda muito grande da classe e que há necessidade de atendê-la prontamente. Não tendo mais inscritos, a votação foi iniciada para criação da **Comissão Temporária do Programa de Formação Continuada CAU/RJ e indicação dos membros. Proposta APROVADA com 22 votos favoráveis e uma abstenção. 6.5. – Aprovação do GT da CEF sobre Impacto do ensino remoto na formação de Arquitetos e Urbanistas.** A **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** salientou que o GT de análise de impacto do ensino remoto vem sendo construído desde a primeira reunião na CEF, pela necessidade de ter um relatório oficial, entender o que vai implicar o ensino remoto na formação dos futuros arquitetos com o quantitativo de um ano e meio para a formação quando deveria ser de, no mínimo, cinco anos. As universidades, principalmente as privadas, se comprometem a ter compensação das práticas, com aulas de reforço quando do retorno das aulas presenciais. Segundo a conselheira, isso vai trazer consequências sérias para a formação dos arquitetos, e que precisa de um olhar mais técnico. Nesse sentido, o grupo de trabalho tem necessidade de informações mais aprofundadas, fazendo pesquisa, levantamento, procurando especialistas no assunto para que se possa produzir um relatório final para ser devolvido à sociedade e ter bem pontuado o quanto isso vai favorecer e nos custar dentro da nossa formação. O grupo foi composto de conselheiros e por convidados externos, professores pesquisadores na área de ensino e representativos. Os conselheiros são: **Cris Reis**; o **Bernardo Soare**s e **Zander Ribeiro Pereira Filho**, que também estaria representando a ABEA, além de ser conselheiro e os professores convidados são professor **Cláudio Ribeiro**, professor da UFRJ e o professor **Felipe Marinho**, que é professor da Unigranrio, da Unisuam e do IBMR. A conselheira pontuou que além do apoio de todos também é uma demanda urgente, com a meta de encerrar até o final do semestre, porque no segundo semestre agora em 2021.2, já algumas universidades, principalmente as particulares, estão anunciando o retorno 100% presencial, por isso o resultado desse estudo do grupo de trabalho será fundamental. O presidente **Pablo Cesar Benetti** enfatizou a importância da criação do GT em razão da necessidade de avaliação criteriosa, seguindo as DCNs, vendo a questão de carga horária, por área disciplinar e cumprimentou os colegas pela iniciativa de envolver o Fórum de *Entidades* de Ensino nos trabalhos. Matéria colocada em votação, recebendo **23 votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. 6.6. Distribuição de processos com recursos de indeferimento de impugnações de cobranças -** 893743 - Alyne Fernanda Cardoso Reis / 890621 - Angela Botelho / 958142 - Davide Siffert Dulcetti / 941333 - Leonam Estrella Figueiredo, distribuição excluindo membros da CPFI e observando a ordem alfabética dos nomes dos Conselheiros**. Item 7. Comunicados dos conselheiros com assuntos de interesse geral.** O **conselheiro Paulo Oscar Saad** discorreu sobre cobrança indevida feita pelo CAU e a demora em ressarci-lo das anuidades cobradas a mais, já reconhecidas pelo conselho. Mostrou-se preocupado com a prática do CAU que, para se obter, quando da colação de grau, a carteira, teria que ser feito o pagamento da anuidade proporcional, ou seja, pagar um doze avos daquele ano. Conclamou de que seria preciso transmitir à Comissão de Finanças e ao Conselho Diretor para que fizessem um estudo, pois, no futuro, poderá ser motivo de falha, ensejando erro de cálculo das anuidades, sobretudo do prazo limite para pagamento das anuidades. O **Conselheiro Lucas Alencar Faulhaber Barbosa** reiterou que a comissão está acompanhando a discussão do plano diretor e que várias

rodadas de audiências públicas estão sendo realizadas e caso os conselheiros queiram também poderão acompanhá-las, virtualmente. A **Conselheira Bianca Sivolella** sugeriu a criação de uma reunião, considerando os dez anos de existência do CAU, para reunir as "Lições Aprendidas", a fim de aprimorar o que se percebe errado na entidade, e com esse acumulado de experiências projetar um futuro mais promissor. Outro assunto que a cons. Bianca se referiu foi sobre entender os dias que ficaram sem funcionar o SICCAU, entender a causa de o sistema ter tido tantos erros, e a necessidade de acompanhamento. O presidente **Pablo Cesar Benetti** sugeriu colocar em um módulo do planejamento a questão das "Lições Aprendidas". E sobre o Siccau, a sra. Carolina Mamede, gerente técnica explicou que em maio o sistema melhorou, pelo menos houve mais dias com menos inconsistência do que abril. No mês de maio, as manutenções estão sendo programadas a partir das 17 horas, quase que uma vez por semana ou a cada dois dias. Ela enfatizou que a comunicação tem tido sensível melhora. A **conselheira federal MAÍRA ROCHA** explicou que uma das primeiras questões que ela tratou a respeito desses relatórios de erros que eles enviam para o BR são as GADES, e que ficou bastante preocupada em saber que não existia uma rotina de respostas, ou seja, eles respondiam na ordem que eles queriam, e que considerava muito importante também fazer um monitoramento do que está sendo feito pelo SICCAU como uma pergunta, uma dúvida, como um retorno, para acompanhar se isso realmente está sendo feito. A **Conselheira Bianca Sivolella** observou, em relação às intervenções anteriores, que é preciso dar criticidade ao erro, por exemplo, no mês de fevereiro, ficou umas semanas com um calendário sem conseguir marcar o dia, duas semanas, aquilo deveria ter sido identificado como crítico, tinha que ter sido resolvido dentro de um dia, dois dias, aquilo ficou duas semanas, enquanto de repente uma coisa simples foi resolvida rapidamente, mas que não tinha um impacto, então tem que dar criticidade, se alto, médio, baixo, permitindo filtrar o que é mais importante e passar à frente. **A conselheira Simone Feigelson Deutsch** comunicou a todos que vem representando o CAU-RJ nas discussões da norma de perícia que está sendo revista, está agora na parte final e tem sido muito importante essa participação, porque são poucos arquitetos que estão no grupo, inclusive nas últimas reuniões, eles estavam querendo colocar o termo: "engenharia legal" conseguindo inserir o termo "engenheiros e arquitetos". E também está participando da revisão da norma de inspeção, que vai ser dividida em várias partes. Afirmou que vai informar o andamento dos processos para o CAU para que todos possam também acompanhar. O presidente **Pablo Cesar Benetti** respondeu à intervenção da cons. Bianca, que fora alertado por alguns técnicos que a implantação de algum módulo ia dar problema e seguiram em frente, e que muitas vezes não é problema sistema, mas sim de gestão. Mas que como se trata de uma nova gestão, um crédito de confiança há que ser dado. A questão do grau de criticidade é fundamental, pois os erros não são todos iguais, sem deixar de apontar os problemas. O presidente **Pablo Cesar Benetti** sugeriu à gerente técnica Carolina Mamede, que trouxesse para os conselheiros informes, utilizando uma tabelinha e nela constasse o dia de instabilidade, hora, porque ajudaria a compreender melhor o que estaria ocorrendo. Por último, a c**onselheira Tanya Argentina Cano Collado** informou que a respeito do que o cons. Paulo Saad comentou que quando ele tirou o seu registro no CREA, ele recebeu desconto e que no CAU-RJ teria o mesmo procedimento, efetuando desconto na primeira anuidade, 50% nos dois primeiros anos de colação

de grau. Nada mais havendo para tratar, o presidente Pablo agradeceu a participação de todos. A reunião se encerrou às 18h55. ATA foi lavrada por serviço terceirizado e revisada por mim, Marina Burges Olmos, secretária da mesa, que vai assinada por mim e pelo **Presidente do CAU/RJ, Pablo Cesar Benetti. Rio de Janeiro, 08 de junho de 2021.**

PABLO CESAR BENETTI:71794794700

Assinado de forma digital por PABLO CESAR BENETTI:71794794700
Dados: 2021.08.16 17:13:10 -03'00'

Marina Burges Olmos
Secretária-Geral da Mesa

Pablo Cesar Benetti
Presidente do CAU/RJ